

AS ÁRVORES NÃO CHEGAM AO CÉU: DOS LIMITES DO CRESCIMENTO À EMERGÊNCIA DA ABUNDÂNCIA FRUGAL

João Alberto Mendonça Silva ¹
Dolores Pereira Ribeiro Coutinho ²
Josemar de Campos Maciel ³

Resumo:

O artigo apresenta uma reflexão sobre Desenvolvimento Sustentável, partindo da crise entre os conceitos *crescimento* e *desenvolvimento*, desembocando na realidade insustentável da atual lógica de Mercado e consumo até propor uma alternativa: a via do Decrescimento e da abundância frugal. Não se propõem aqui alternativas negativas, como de redução ou crescimento negativo, para solucionar as problemáticas apresentadas, mesmo que estas sejam negadas, mas propõe-se a necessidade de reflexão e ação conscientes e realistas sobre a realidade catastrófica na qual a humanidade está caminhando. Por meio de uma reflexão analítica, o artigo se constrói na perspectiva interpretativa e na crítica econômica que buscam um Desenvolvimento Sustentável real e consciente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Decrescimento. Desenvolvimento Sustentável. Estudos Críticos do Desenvolvimento.

TREES DO NOT GET TO HEAVEN: FROM LIMITS OF GROWTH TO EMERGENCY OF FRUGAL ABUNDANCE

Abstract:

The paper presents a reflection on Sustainable Development, starting from the crisis between the concepts of growth and development, leading to the unsustainable reality of the current market and consumption logic until proposing an alternative: the path of Degrowth and frugal abundance. Negative alternatives, such as reduction or negative growth, are not proposed here to solve the problems presented, even if they are to be denied, but it proposes the need for conscious and realistic reflection and action on the catastrophic reality towards which humanity is going. Through analytical reflections and economic analyses, the article is built upon an interpretative perspective and on the economic critique that seeks a real and conscious Sustainable Development.

Keywords: Local Development. Degrowth. Sustainable Development. Critical Development Studies.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil E-mail: giambattista1025@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais-Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente Permanente do Programa de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil E-mail: doloresribeiro@uol.com.br

³ Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pós Doutorado pela Universidade de São Paulo. Professor na Universidade Católica Dom Bosco no Mestrado em Desenvolvimento Local, Programa em Desenvolvimento Territorial Sustentável em Campo Grande, MS, Brasil E-mail: maciel50334@yahoo.com.br



LOS ÁRBOLES NO LLEGAN AL CIELO: DESDE LOS LÍMITES DEL CRECIMIENTO A LA EMERGENCIA DE LA ABUNDANCIA FRUGAL

Resumen:

El artículo presenta una reflexión sobre el Desarrollo Sostenible, partiendo de la crisis entre los conceptos crecimiento y desarrollo, desembocando en la realidad insostenible de la actual lógica de Mercado y consumo, hasta proponer una alternativa: la vía del decrecimiento y de la abundancia frugal. No se proponen aquí alternativas negativas, como de reducción o crecimiento negativo, para solucionar las problemáticas presentadas, aun cuando las mismas no sean negadas, pero se propone la necesidad de reflexión y acción conscientes y realistas sobre la realidad catastrófica por la que la humanidad está caminando. Por medio de investigación bibliográfica, el artículo se construye en la perspectiva interpretativa y en la crítica económica que buscan un Desarrollo Sostenible real y consciente.

Palabras-clave: Desarrollo Local. Decrecimiento. Desarrollo sostenible. Estudios críticos del Desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

É um ponto já estabelecido há algum tempo na literatura que o Desenvolvimento deva ir além do simples crescimento de indicadores econômicos sem contexto cultural, social, e assim por diante (DALY, 1996; LATOUCHE, 2009). Aqui se tenta explorar alternativas a considerar para se pensar um desenvolvimento atravessado pela busca de superação dessa forma de binarismo. Para isso, será oferecida uma linha de pensamento que coloca frente a frente os conceitos “desenvolver” e “crescer”, procurando explicitar as distâncias entre ambas noções, em perspectiva histórica e política.

Se houvesse no texto um lugar de fala, ele seria entendido como a dinâmica da produção de uma territorialidade desde a América Latina, tensionada a partir da disputa geopolítica entre uma indústria dependente, empresariados agressivos e governos tacitamente condescendentes com as esferas superiores e juridicamente azeitados e repressivos, com as escalas inferiores, ou seja, a partir da compreensão cepalina de desenvolvimento. Um pressuposto desta leitura é a falha na propositura de uma interpretação do “desenvolver” que abarcasse as realidades — social, política, econômica e cultural dessa região — das quais o Brasil faz parte (VALENCIA, 2017⁴).

A perspectiva aqui avançada segue de perto a análise de Serge Latouche, cuja visão das questões e impasses leva ao surgimento do conceito de Decrecimento.

⁴ O texto reavalia em 2017 a pungência de Ruy Mauro Marini para a análise da problemática do desenvolvimento na América Latina. Um dos criadores da Teoria da Dependência, Marini não abraçou a visão estruturalista de uma teoria do equilíbrio, propondo que a assimetria e o conflito político de classes e ecológico de interesses recorta e esgarça os planejamentos.

Partiu-se da sua proposta de desconstruir a associação entre o crescimento e o desenvolvimento, para mostrar que é uma falácia. Em seguida, esboça-se a proposição que o desenvolvimento é um processo, e encontra um cenário mais propício, se encarado sob a categoria do decrescimento.

O texto desenvolve-se como um ensaio de revisão do tema, delineado entre Latouche, a teoria da dependência e a epistemologia decolonial, assinalando a viabilidade de uma resistência diante do movimento hegemônico de pensamento do desenvolvimento como crescimento e da sustentabilidade como retórica.

2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: A FALÁCIA

É preciso repensar, desde o início, a falácia que confunde desenvolvimento e crescimento econômico. Economistas de diversas escolas hegemônicas costumam propor o estudo de finanças como se fosse macroeconomia e de indicadores abstratos de crescimento financeiro, como se fossem medidores efetivos de desenvolvimento econômico. Não tão rápido. Textos específicos da área dos estudos críticos do Desenvolvimento, oportunamente silenciados no Brasil, já operam com essa distinção há pelo menos vinte anos (PEET; HARTWICK, 2015). É a partir dessa distinção clara, para tentar superar a sua obtusidade teórica, que seguirá esta discussão.

Considerando o Ocidente, tendo em conta o percurso histórico da chamada Modernidade, tem-se um cenário tido por muitos como fase do crescimento e amadurecimento da figura humana, como apresentada por Kant (2014): o tempo em que o homem supera o estado de minoridade e heteronomia, cuja culpa seria da religião, e parte valentemente rumo à maioridade como que amparado pela sombra das caravelas. Contudo, mesmo assim, a constante do humano permanece: a frequente capacidade de converter pensamentos em ideologias e transformar estas em pilares sobre os quais se apoiam construtos tidos como inalienáveis e sobrepujantes. O que Kant não viu, ou tergiversou, foi que o “seu” homem era europeu, fideísta e falava alemão e estabeleceu as dinâmicas de colonização e de exploração imperialista que foram apontadas, expostas e devidamente criticadas por outros autores⁵. Essa atualidade crítica não chega até o imaginário – nem à formalização – da objetividade dos pensadores do Desenvolvimento.

⁵ A formação de uma racionalidade econômica foi precedida por outra, mais difícil de elaborar, que mescla narrativa histórica, ideário secular e uma teleologia moral, bem documentada na literatura das

Nessa lógica forma-se o ideário capitalista/liberal, a partir da construção da Modernidade e dos Estados Nacionais, fenômeno tipicamente centro-europeu que se espalha pelo planeta e impõe a sua dinâmica, negociando com saberes, fazeres e “agires” locais. A partir dessas dinâmicas se criou a falsa sinonímia entre crescimento e enriquecimento, fazendo com que o conceito daquele, em todas as variáveis e aplicações, fosse dado como necessário e possível. Talvez o pior ponto seja a possibilidade infinita de alcançar o crescimento/enriquecimento, principalmente quando ele se apresenta revestido na sua conotação econômica. Chang (2004) descreve os desdobramentos do conceito listando as perspectivas:

1. Malthusiana: concebida no final do século XVII, partia da crença que o crescimento da população humana na terra se daria em linha ascendente. O destino certo seria o colapso. Isso coincide com o esgotamento do alimento e território disponíveis, dentre outros bens de consumo coletivos. Tal processo seria sistematicamente “reiniciado” por guerras, fome, epidemias e pela migração. A Terra e os recursos naturais não seriam capazes de se regenerar na mesma proporção da constante ascendente, gerando uma linha estável por um tempo e descendente a partir de se atingir o limite;

2. Econométrica ou keynesiana: o crescimento aconteceria como uma correlação entre os níveis de investimento e a capacidade de poupança de um Estado, o qual produziria como indicador o chamado Produto Interno Bruto (PIB), representando, aritmeticamente, a capacidade de acúmulo de capital desse Estado ou país. Disso nasce a lógica que alicerça o alto PIB, a riqueza e a redução da pobreza. O crescimento, nessa perspectiva, vem como constatação do aumento anual de tal indicador. Sabe-se que outras variáveis se agregam a esse complexo cálculo, como: território, inflação e população; mas dessa relação entre PIB e população, por exemplo, deriva o neoclacissismo;

3. Neoclássica: nela o produto da divisão do PIB pela quantidade de pessoas que habitam determinado Estado ou país geraria uma variável matemática denominada PIB *per capita*, de modo que, quanto maior for essa variável, mais rico seria considerado aquele Estado ou país e, quanto menor, mais pobre.

A variável que acomuna essas concepções, é a equação expressa pelo capitalismo/liberalismo: num primeiro passo, o crescimento se torna sinônimo de

novas histórias escritas por intelectuais de países subalternos, e bem sintetizada no clássico de Jack Goody (2006).

acumulação financeira. Partindo daí, o próximo passo foi igualar, sem muito esforço, crescimento e desenvolvimento, dentro da mesma lógica de aumento das riquezas e do Capital. O motivo que engendrou a aceitação de tal correlação não se sabe ao certo, porém, de forma impensável e extremamente questionável acaba por legalizar os abismos socioeconômicos existentes. Isso possibilitou formas de desperdício de alimentos e riquezas entre os países do Norte e a escassez de alimentos básicos e água potável em muitos dos países do Sul, especialmente na América Latina⁶.

A desigualdade gerada por essa clivagem entre atores efetivos e hipossuficientes afeta as próprias nações tidas como ricas, pois elas também comportam condições de marginalização de camadas e grupos sociais excluídos das benesses do “crescimento”. A noção de crescimento econômico não respondia a questões como desigualdade social, concentração de renda, entre outras. Dessa forma, a terminologia foi substituída pelo verbete *desenvolvimento*.

O novo ideário passaria a levar em consideração não somente variáveis matemáticas ou quantitativas para a definição dos parâmetros de acumulação, mas também outras variáveis qualitativas, para mitigar ou apagar os registros do conceito predecessor em relação aos mais pobres. Surgem variáveis convenientes, como qualidade de vida, educação, saúde e infraestrutura, que ganham importância e levam os dirigentes nacionais a investir na melhoria dos padrões de vida de sua população, melhorando e potencializando serviços.

O desenvolvimento, desse modo, se pauta pelo *crescimento* da renda nacional, bem como pela elevação de indicadores econômicos. Somando-se a tal realidade, existe a diminuição progressiva de índices socioeconômicos considerados negativos como, por exemplo, a taxa de analfabetismo e mortalidade infantil. Mesmo com essa preocupação, o *crescimento* ainda continuou sendo o horizonte principal dos países: um crescimento econômico liderado pelo crescimento industrial, comercial e, recentemente, pelo crescimento dos fluxos de capital. O fato é que ainda não houve um despertar para as considerações sistêmicas que devem ser feitas quanto à

⁶ A expressão “países do Sul” é um dos sinônimos utilizados para expressar o subdesenvolvimento ou talvez transformá-lo em eufemismo. Largamente utilizada na literatura dos países europeus e Anglo-saxões, ela reflete nada mais do que o preconceito e o sentido de colonização ainda pretendido (Cf. LATOUCHE, 2009). Se se pensar em desenvolvimento na América Latina, há que se perceber a impossibilidade lógica do mesmo, pois o movimento segue o esforço de “desenvolver a economia mundial capitalista e esta economia é de natureza polarizadora” (WALLERSTEIN, 1998, p. 249). Para os países periféricos sobra uma visão de desenvolvimento como ajuda ou alívio da pobreza.

solução definitiva dos problemas propostos inicialmente. Um intervalo paliativo está sendo adotado como se fosse um caminho há muito tempo.

Autores como Negri e Cocco (2005) advertem que esta associação de “desenvolver” com “crescer” se travestiu a partir do Consenso de Washington como uma “boa intenção” do Norte/Ocidente, isto é, dos países do Centro. Segundo estes autores (2005, p. 17), o Consenso de Washington “é a norma imperial que articulava as estruturas do domínio capitalista (monetário, comercial e militar) em nível global (especialmente na América Latina)”. Isso acabou se impondo como se fosse a forma essencial de poder sobre a vida. Hoje, salientam os autores italianos “o Consenso de Washington é um cachorro morto” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 18). Mas permanecem seus efeitos, assim como os do imperialismo⁷ e, por isso, é fundamental reconstruir a unidade estratégica do pensamento da transformação e atacar as ideologias que ainda tentam recolher os “velhos cacos” e recompor um projeto de divisão e domínio.

Na América Latina, cujos traços sócio-político-econômicos específicos (imensa desigualdade social e concentração de renda, por exemplo), somados a eventos como a Grande Depressão de 1930, a capacidade econômica diminuiu. Os países da região acabaram tendo que elaborar políticas de desenvolvimento voltadas “para dentro”, de industrialização para produzir bens de consumo interno, já que eles perderam acesso ao grande fluxo externo (NEGRI; COCCO, 2005). “Dessa forma desenhou-se um braço periférico da hegemonia mundial fordista, que os trabalhos da CEPAL tentaram converter em projeto de desenvolvimento nacional dos países da América Latina” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 30).

Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) engendrou uma nova forma de pensar o *desenvolvimento*, mas mantendo o velho conteúdo de *crescimento*. Essa nova visão, latino-americana apenas na teoria, postulava que a industrialização era a saída para a crise na região, tal como foi para os países centrais. Raul Prebisch (1949) denominou a América Latina de “periferia”

⁷ Na sua “Teoria do Imperialismo” o casal Patnaik apresenta o conceito de imperialismo atrelado às ideias de normalização do discurso, conquista, pilhagem e rapina. O imperialismo aparece como a construção de um sistema que draga os recursos do mundo a partir de algumas centralidades que a ele impõem uma lógica produtiva, acelerada e assimétrica. Um de seus agentes mais impactantes é a economia financeira, abstrata e acumuladora, baseada na especulação com mercados e mesmo nacionalidades, como é o caso de George Soros, visando a ampliação das áreas de influência do capital financeiro e, conseqüentemente, a conquista de novas áreas de influência, a pilhagem de mais recursos de tais áreas e a destruição das liberdades econômicas locais. Tudo isso ocultado por um discurso normalizador, no esforço ortodoxo de conglomerados midiáticos (Patnaik; Patnaik, 2017).

da economia mundial, cujo centro era as “grandes nações” industrializadas. Porém, conforme afirma Fernando Henrique Cardoso: “Explicita-se assim que existe um “estilo maligno” de desenvolvimento [...] que *não supõe* no plano nacional a efetividade dos efeitos de “trickle down” provocados pelos investimentos e pelo crescimento econômico. O estilo de desenvolvimento latino-americano seria “concentrador e excludente” (CARDOSO, 1993, p. 65).

Assim, tudo não passou de “uma ilusão cepalina de um desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 33), porque desenhada por moldes alheios à realidade da região. Ademais, representava interesses alheios às maiorias dos povos residentes. O que demonstrou, novamente, que as feições do esforço para desenvolver não se aproximam das feições redutivas do crescimento econômico.

No último século, o *crescimento* evidenciou sua chamada insustentabilidade. Apareceu a percepção da finitude dos recursos naturais de que se alimenta o Capital – sobretudo no arco que vai dos combustíveis fósseis à água potável. Absolutamente todos os recursos naturais de grande valor, outrora abundantes, estão se tornando cada vez mais escassos e essa redução acelerou processos naturais que potencializam a velocidade de seu esgotamento, como, por exemplo, o aumento da temperatura global.

O que parece configurar efeitos colaterais do crescimento é visto, por Comparato (2013) e Bresser-Pereira (2014, 2017), como danos permanentes. Para o primeiro autor, o próprio “Marx não soube prever um malefício bem maior [do que o produzido pelo mecanismo da mais-valia], o qual só veio se concretizar nas últimas décadas: a progressiva dispensa da força de trabalho no funcionamento do sistema” (p. 272); da mesma forma, “a apropriação do meio natural pela espécie humana rompeu o indispensável equilíbrio ecológico e ameaça o futuro da biosfera do planeta” (p. 274). Já Bresser-Pereira (2014, p. 290) observa que “o capitalismo pode ser relativamente eficiente, certamente mais eficiente do que os modos de produção anteriores, como seu maior crítico e maior analista, Marx, bem remarcou. Mas é um sistema intrinsecamente injusto e corrupto” que promoveu “atentados ao equilíbrio ecológico do planeta”, “as atrocidades do colonialismo” e “efeitos nocivos em matéria de saúde pública, como o poderio da indústria do tabaco demonstra”, transformando o Estado em “comitê executivo da burguesia” (2017, p. 164).

Para o grupo de pensadores do Giro Decolonial, o processo de desenvolvimento enquanto crescimento se consolida como extrativismo enfeitado de retórica acadêmica, estruturado de forma produtiva e geopolítica⁸. Em suma, o desenvolvimento concebido na lógica ou ideário do progresso, avanço, crescimento, na perspectiva longitudinal – ou vertical – é apenas um eufemismo para um longo processo histórico-geográfico, ideológico, massificador e globalizante do puro extrativismo de recursos naturais não renováveis. Um processo que vem sendo realizado sem o cuidado de assegurar a sustentabilidade.

Diante do exposto percebe-se que o binário crescimento/desenvolvimento é prejudicial para o todo, num olhar complexivo. Uma elaboração crítica desse movimento é apresentada pelo economista francês Serge Latouche. Seu pensamento busca alternativas à estabilização do cenário de cataclisma irreversível, tentando elaborar alternativas para um modelo de desenvolvimento menos espoliativo e agressivo. A partir desse ideário de fundo, Latouche propôs a *Teoria do Decrescimento*, tentando fazer frente ao desafio da sustentabilidade. A seguir, acompanha-se a sua reflexão, para extrair dela eventualmente algumas lições, considerando que o movimento de resposta a essas grandes demandas já pluriseculares excede a capacidade de atores isolados.

3 CRESCIMENTO E INSUSTENTABILIDADE *versus* DECRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Para se alcançar o conceito de Economia Globalizada, essencial para abarcar a lógica do crescimento, antes se necessita trabalhar sobre o Mercado e, mais especificamente aqui, o Mercado Global. O conceito de Mercado ganha a cor de um local ou meio para realizar trocas, no contexto da Economia clássica. Antes, a simples troca de bens de consumo, como víveres excedentes (relação M-D-M, mercadoria-dinheiro-mercadoria) por produtos preciosos, no sentido de adquirir uma mercadoria que, por meios naturais, seria difícil ou impossível de se conseguir. Contudo, a história da relação mercantil evoluiu para a relação D-M-D' (dinheiro-mercadoria-lucro), ou

⁸ A proposta do “Giro De(s)colonial afasta a eurocentralidade que se instalou na ciência moderna para instalar “novas” formas de fazer e de pensar, a partir de pontos de vista, métodos e tradições que escapem da constante eurocêntrica. Propõe a construção de um pensamento diverso, embasado na interculturalidade. São expoentes desse pensamento autores como: Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein, Arturo Escobar, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos (MIGNOLO; ESCOBAR, 2010).

seja, comprar a mercadoria a baixo custo e revende-la a um custo maior, obtendo lucro graças à mediação do comércio (LATOUCHE, 2007).

Tais lógicas iniciaram-se de maneira local, restrita a perímetros específicos. Com o advento do Mercantilismo, a fronteira local alargou-se para relações ultramarinas. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, alcançou proporções globais. O complexo de relações mercadológicas, com suas leis, contratos e referenciais, desaguou na Economia como condição *sine qua non* para a concretização dos ideais de crescimento e progresso, chegando ao ápice de, assim como ocorreu na Política, se divorciar da Moral e arrogar-se a si uma neutralidade Ética.

Segundo Shangquan (2000), a globalização econômica se tornou possível mediante o incremento dos recursos tecnológicos e do baixo custo de atividades que, em décadas, chegaram a reduzir seus custos de forma assombrosa em relação ao que chegaram a custar décadas atrás. Nas palavras do autor, acontece um “efeito de compressão do tempo e do espaço nos movimentos econômicos, facilitando o surgimento de uma produção global coordenada e organizada” (SHANGGUAN, 2000, p. 1).

Dessa feita, a economia, transformada em modelos matemáticos, universalizou sua leitura do real sobre todas as situações particulares, pois os mercados locais são devorados por um Mercado Global, com trocas trans ou multinacionais que se apoiam não mais em produtos físicos, mas em *commodities*. Esse processo, de transformação da substância vital em valor comercializável, foi analisado por Karl Polanyi. Mais que uma transformação em valores econômicos, acontece uma conversão da vida humana, valores existenciais, concepções de mundo e fluxos de negociação social em indexadores para a troca financeira, acelerando um movimento de aumento da abstração e manipulação em grande escala dos sistemas de vida e produção⁹. A resultante desse processo de formalização da engenharia social, chamada Economia Globalizada, acontece ainda dentro da área cinza encontrada no Direito latino (limite entre o legislado e o ignorado) e no limite entre o legal e o ilegal no Direito anglo-saxão (o não proibido é permitido). Conforme atesta Latouche (2007, p. 32), “é assim que George Soros se apresenta como especulador bilionário e filantropo”. O silêncio

⁹ Assim Polanyi (2001) apresenta a sua visão da conversão da vida humana em indicador para a troca, como uma “grande transformação”. A atualidade e premência desse pensamento é explorada, por exemplo, no volume organizado por Ayse Bugra e Kaan Agartan (2007).

da ciência social acerca do grave conflito de interesses implicado nessa contradição em termos é ensurdecador.

Dos apontamentos de Latouche (2009) destaca-se que a tatuagem da Economia Globalizada é o “crescimento pelo crescimento”, uma espécie de mantra difundido pelo mundo, que pode ser facilmente traduzido como “extrair para acumular”. Para ele, a consequência última dessa constante é ruim, apesar de reconhecer consequências boas, no curto prazo. Isso se dá porque aparece mais claramente o exaurimento da oferta de recursos materiais no planeta.

Os limites da Terra são estabelecidos pela capacidade de manutenção da vida que ela abriga. Quando essa vida passa a consumir mais do que precisa para sua reprodução, se instaura um desequilíbrio. Por mais que os seres humanos usem sua criatividade na invenção de artificialidades, ainda não se ultrapassaram os limites de sua própria casa, limites esses naturalmente estabelecidos¹⁰.

Se crescer tornou-se um problema insolúvel, racionaliza Latouche (2009), é necessário decrescer, advertindo que decrescer não é crescer negativamente. Para compreender Decrescimento é preciso, *a priori*, se afastar drasticamente da lógica do crescimento. Não se entende bem a equação, com a “máscara” do crescimento. É preciso colocar-se em posição de imaginar uma espécie de “utopia concreta”, pois sem essa libertação, o Decrescimento se confunde com qualquer outra coisa no universo verticalizado do crescimento econômico e da lógica extrativo-acumulativa do capitalismo liberal. Decrescimento surge como alternativa para escapar desse círculo vicioso que cega e impossibilita a gênese de soluções para a barbárie a qual, segundo Latouche (2009), é a alternativa visível do não Decrescimento, ou seja, da manutenção do *status quo*, sendo que o preço da não reação a sua manutenção é um caminhar rumo à auto aniquilação.

Para Latouche (2009) o verbete *desenvolvimento* em seu sentido de crescimento é uma palavra tóxica que obscurece a razão.

[...] Para ocultá-lo não se servem de muito, aliás, os intentos de matizar o significado do vocábulo que nos interessa através da agregação de adjetivos vários: autocentrado, endógeno, participativo, comunitário, integrado, autêntico, autônomo, popular, equitativo, duradouro. A isso haveria que unir o que significam termos como desenvolvimento local, microdesenvolvimento,

¹⁰ Nicholas Geogescu-Roegen apontou, inspirando todo o trabalho de Latouche, mas também de outros economistas, para o fato de os recursos do planeta são afetados pela inexorável lei da entropia. Eles decrescem, e não se multiplicam. Por mais luzes e festas que anunciam estatísticas e quadros coloridos de crescimento, a desertificação, degradação, redução da bio, sócio e etnodiversidade aumentam (GEORGERCU-ROEGEN, 1970).

endodesenvolvimento, desenvolvimento social, desenvolvimento humano (LATOUCHE, 2009, p. 13-14).

Seria necessário decolonizar o imaginário de adoração da modernidade e do crescimento, seja qual for a moda (desenvolvimento, progresso, *upgrade* social, ou outra parafernália discursiva). O autor atenta para isso, pois os perigos do crescimento se manifestam no face a face e são planetários. “É preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião” (LATOUCHE, 2009, p. 8). Tal como sugeriria Nietzsche (2001), trata-se de destruir os ídolos.

O *Decrescimento* sereno se baseia na ideia de um círculo de virtudes que rechaça o vicioso círculo do *crescimento* agressivo. Tais virtudes são: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. É preciso, salienta o autor, inventar a democracia ecológica local, para contrapor a periferização do modelo acumulativo. Também é preciso recuperar a autonomia econômica local, que gera a autossuficiência alimentar, econômica e financeira, enfrentando as dependências típicas de fenômenos globalizantes. Finalmente, há que se promover iniciativas locais decrescentes: um desenvolvimento local que não vise à mera projeção no global, que apresente pretensões melhores do que ser uma reprodução demiúrgica do macro. Isso tudo é exequível no Sul, porque esse é o hemisfério que ainda tem tempo hábil para isso (LATOUCHE, 2009).

Percorridos os passos anteriores demanda-se uma nova etapa, a dimensão política, para que o *decrescimento* se torne Política de Estado. Para tanto, Latouche (2007) ressalta que é necessário redimensionar a escala ecológica de possibilidades para um planeta, incorporando aos custos da atividade econômica os danos gerados por ela. Assim se restaura e valoriza a pequena agricultura, deslocando a noção de produtividade do universo do trabalho/emprego para a produção de bens relacionais, reduzindo os desperdícios, principalmente de energia, desestimulando a produção de publicidade consumista por meio de taxaçaõ pesada, decretando moratória sobre a inovação tecno científica, reorientando pesquisas em função de novas aspirações menos degenerativas, reduzindo quantitativa e transformando qualitativamente o trabalho com vistas à reapropriação da existência humana.

“O decrescimento é uma arte de viver. Uma arte de viver bem, em acordo com o mundo. O objeto do crescimento é também um artista. Alguém para quem o gozo estético é uma parte importante da sua alegria de viver” (LATOUCHE, 2011). *Decrescimento*, portanto, pode ser compreendido como profunda mudança de

paradigma, com vistas a uma nova ecologia. Trata-se de tornar possível a sustentabilidade da vida, não do desenvolvimento, dado que este colocou em jogo a própria existência humana. Não tem sentido um empenho intelectual, político e econômico da própria humanidade para manter vivo seu próprio algoz. Tal proposta progride no sentido de reinventar a existência humana a fim de possibilitar sua perpetuação no futuro.

4 POR UMA ABUNDÂNCIA FRUGAL

A proposta de Latouche (2009) para a solução dos problemas levantados é a criação de uma antítese da sociedade de consumo que ele denomina de *sociedade da abundância frugal*. Trata-se de uma proposta utopicamente concreta. Uma empresa realista, factível, que não se aproxima dos mitos, mas do real, da necessidade de uma mudança paradigmática de natureza emergencial.

Essa “utopia concreta” se embasa em oito R (erres), conforme Latouche (2007): reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocar, reduzir, reutilizar, reciclar. Se postos no círculo virtuoso rumo a uma direção para além do sentido do produzir/consumir/acumular, ou melhor, longe da lógica excludente do *Win/Lose*¹¹ (LATOUCHE, 1999, 2007), se apresentam com uma possível solução para as deficiências desse modelo agressivo que o autor denuncia e que é aquilo que se experimenta atualmente.

Para que a “utopia concreta” ocorra, é necessária a mobilização da humanidade para a cooperação recíproca e não para a guerra ou o conflito. Uma cooperação pautada pela utilização consciente e comedida dos recursos naturais, indo além da ideia de sustentabilidade que, hoje, se traduz muito mais como jargão político do que como ação factível (LATOUCHE, 2010). Há na perspectiva do autor uma proposta de alteração de conceitos, alteração de estruturas e da forma de distribuição dos recursos – é o contrário do que a globalização neoliberal fez: relocar não somente a Economia, mas sim a vida em seu conjunto. Ademais, consumo e desperdício devem ser reduzidos em prol de uma maior e melhor durabilidade das coisas.

¹¹O modelo W/L se baseia no equilíbrio piramidal, vertical, orientado pela concentração em estratégias competitivas. O modelo W/W, por sua vez, precisa de um equilíbrio horizontal, baseado em cooperação. Há evidências de que o poder transformativo da cooperação é estruturante para a própria espécie e sua sustentabilidade (BOWLES; GINTIS, 2011).

Sobre a sociedade humana e seus sujeitos, Latouche (2009, 2012a) afirma que é preciso decolonizar as mentes e as culturas, o imaginário das pessoas, fazendo-as perceber que há alternativa possível, desde que se mudem as concepções, o comportamento. Trata-se de uma verdadeira revolução, pois cria, refaz e destrói estruturas. Além disso, necessita-se que tal realidade seja imaginada pelas pessoas comuns (e não só pelos intelectuais), possibilitando um novo modelo econômico-existencial, acompanhado por uma redefinição dos sistemas de vida, provocando uma guinada de valores no sentido da solidariedade. O Decrescimento que proporciona a não acumulação é baseado não no excesso de bens à disposição, mas na sua suficiência, na frugalidade da abundância.

A proposição do frugal não é a defesa de uma negação, ou de uma espécie de ascetismo. A questão está na criação de necessidades e na realocação de conceitos de consumo, para além da obsolescência (MÉSZÁROS, 1996; LEONARD, 2011) utilizadas para induzir processos de aquisição de bens de consumo, de forma inconsciente ou irracional. A noção real é, então, a de moderação, ou seja, de se alimentar, por exemplo, daquilo que foi plantado, não além. Assim, a abundância frugal nada mais é do que uma abundância controlada, oposta à carência e à falta, mas também antônima do excesso, da acumulação e do desperdício. O que se tem hoje, afinal, é que “les limites de la planète son révélées par la croissance économique, et définies à la fois par le volume des stocks de ressources naturelles non renouvelables disponibles et la vitesse de régénération de la biosphère pour les ressources renouvelables” (LATOUCHE, 2012c, p. 64). Ou seja, se trata da “impossibilidade de um crescimento infinito num mundo finito e [d]a necessidade de substituir a ciência tradicional por uma bioeconomia, ou seja, pensar a economia no seio da biosfera” (LATOUCHE, 2009, p. 15-16) e, por isso, existe a necessidade urgente de não apenas repensar o modelo, mas agir de outra forma.

A noção de abundância frugal preserva a abundância, mas limitada pela efetiva necessidade. Tudo que Latouche (2009, 2012a) sugere é um consumo limitado pela real precisão, não pela publicidade. Nem pelo desejo do novo, criado por um sistema que usa as pessoas como “descarga” para o excesso de coisas (dejetos materiais) que ele produz e já não sabe mais o que fazer com eles.

[...] A frugalidade reencontrada permite precisamente que se reconstrua uma sociedade da abundância, com base no que Ivan Illich chamava de “subsistência moderna”. Ou seja, “o modo de viver em uma economia pós-industrial, dentro da qual as pessoas são capazes de reduzir a sua dependência do mercado e chegaram a isso protegendo – através de

instrumentos políticos – uma infraestrutura em que as técnicas e os instrumentos servem, em primeiro lugar, pra criar valores de uso não quantificados e não quantificáveis por parte dos fabricantes de necessidades profissionais”. [...] O crescimento do bem-estar, portanto, é a via mestra do decrescimento, porque, sendo felizes, somos menos suscetíveis à propaganda e à compulsividade do desejo [...] (LATOUCHE, 2012b).

Nos matizes pintados por Latouche (1999, 2007, 2009, 2012a e 2012b) fica evidente que se busca uma forma de assegurar a felicidade dos homens por caminhos mais sustentáveis no uso e consumo de bens. A responsabilização recíproca promoveria, ademais, uma cultura de solidariedade e de divisão.

Das revoluções anteriormente comentadas, a primeira na agenda é do homem sobre o próprio homem no campo do pensamento. É preciso emergir da lógica de uma felicidade artificial baseada em consumo, pois dessa, tal como uma droga, proporciona felicidade paliativa e momentânea, que amplia exponencialmente as próximas doses necessárias para se alcançar o primeiro resultado. O excesso de consumo de determinados produtos mutila a humanidade não somente na mente, mas no corpo: “consumimos carne demais, gordura demais, açúcar demais, sal demais. O que nos assombra é antes o sobrepeso. Corremos o risco de sofrer de diabetes, cirrose do fígado, colesterol e obesidade. Estaríamos melhor se fizéssemos dieta” (LATOUCHE, 2009, p. XI).

Sobre a natureza, Latouche (2009, 2012a e 2012b) adverte que o homem precisa deixar de vê-la como fonte inesgotável de satisfação pessoal. Se ela se presta a essa função, deve-se observar que é por tempo determinado. A natureza não é inesgotável, em paralelo com o desejo humano. Uma vez alçado da lógica do consumo, o homem estará diante de uma nova natureza, não porque ela mudará, mas porque sua relação com ela passa a ser diferente, deixando de ser parasitária e passando a ser solidária.

Latouche observa que o consumo desenfreado é uma paródia da abundância, que anestesiou a capacidade da espécie humana de maravilhar-se diante do ambiente e da própria engenhosidade transformadora. O reencontro com essa engenhosidade desenvolverá uma atitude de fidelidade e gratidão em relação ao Planeta-provedor. Esse é o único caminho, segundo ele, para superar a “obsolescência programada da própria humanidade” (LATOUCHE, 2012b).

Tudo converge para o desafio da rediscussão de todas as bases do pensar e agir humanos. Mudar a própria humanidade para mudar sua relação com a natureza e, por consequência, mudar suas formas de existir e negociar, enquanto espécie. A

noção de uma abundância frugal não conduz a uma vida mais pobre ou menos rica, mas para uma vida de satisfação de necessidades reais e não de necessidades inventadas. Se o homem, de fato, ascendeu à maioria, urge ascender à sua independência em relação à lógica do crescimento, pois a fábula de um planeta eterno com recursos inesgotáveis já caiu há muito tempo, e o planeta dá cada vez mais sinais de impaciência frente ao uso irracional e insustentável.

5 CONCLUSÃO

Há décadas a Economia especula sobre a possibilidade de manutenção do estilo de vida que a Humanidade desenvolve. Hoje, com a força do consumo em alta e a dinâmica do Mercado exercendo uma força compensatória em relação às necessidades humanas – principalmente por criar necessidades em troca de consumo de produtos – percebe-se a urgência de uma real frugalidade. Esta merece ser compreendida não como carência, mas no sentido de se ter o necessário, de buscar por ele e proporcioná-lo a todos. A lógica do frugal, da serenidade do Decrescimento são garantidores da sustentabilidade real frente aos desafios de enfrentamento com relação ao Mercado Global.

A satisfação real de necessidades humanas implica em restaurar a humanidade no seu lugar como parte do ambiente em que está, e não como dominadora de qualquer coisa diferente do Eu-protagonista. Por ter sido acolhida pela natureza desde sua gênese, a espécie deverá abrir-se à hospitalidade com todos os entes.

Em alguns âmbitos se discute a colonização e exploração de outros planetas, como se este já tivesse perdido para sempre. Latouche sugere que talvez, se os esforços tecno-científicos se tornarem realistas, usando o que se pode, melhorando o que se tem e restaurando o que ainda não se extinguiu, torne-se possível uma esperança de futuro mais clara para todos. Ou, no jargão popular, “para as futuras gerações”. Pagamos já hoje o preço do descuido e do desmando; fazer pensando num amanhã distante afasta a urgência das ações e anestesia as dores e mazelas que já hoje são enfrentadas por parcelas consideráveis de toda a humanidade. Afinal de contas, as árvores crescem, mas não chegam aos céus.

REFERÊNCIAS

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert, **A cooperative species: human reciprocity and its evolution**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Uma alternativa para o capitalismo?* **Estudos Avançados – USP**, ed. 28. n. 80, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79700> Acesso em nov./2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política*. **Revista Lua Nova**, n. 100, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0102-155185/100>

BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (ed). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century. Market economy as a political project**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALY, Herman, **Beyond Growth. The economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas, **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1970.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?** Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Lusosofia, 2014.

LATOUCHE, Serge. **Os perigos do mercado planetário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LATOUCHE, Serge. **Justiça sem limites: que ética e economia mundiais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, Serge. **Salir de la sociedad de consumo**. Barcelona: Octaedro, 2010.

LATOUCHE, Serge. *Como se faz uma revolução cultural?* Tradução de Moisés Sbardelotto. Entrevista ao jornal L'Unità de 25-02-2011.

LATOUCHE, Serge. **Per un'abbondanza frugale**. Malintesi e controversie sulla decrescita. Bolatti Boringhieri, 2012a.

LATOUCHE, Serge. *Como construir uma nova sociedade da abundância?* Tradução de Moisés Sbardelotto. Entrevista ao jornal La Repubblica, 14-09-2012b.

LATOUCHE, Serge. **L'âge des limites**. Clamecy: Mille et une nuits, 2012c.

LEONARD, Annie. **A história das coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista: para além do capital**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo (Ed.), **Globalization and the decolonial option**. London and New York: Routledge, 2010.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Glob(AL)**: biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine, **Theories of development. Contentions, arguments, alternatives**. New York; London: The Guilford Press, 2015. Third Edition.

POLANYI, Karl, The great transformation. **The political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

PREBISCH, Raúl et al. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

SHANGQUAN, Gao. Economic globalization: trends, risks and risk prevention. **Economic & Social affairs**. CDP Background paper no. 1, 2000. Disponível em: www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_background_papers/bp2000_1.pdf Acesso em maio, 2018.

VALENCIA, Adrián Sotelo, **Sub-Imperialism revisited. Dependency theory in the thought of Ruy Mauro Marini**. Leiden; Boston: Brill, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. **Perspectivas**, n. 21, p. 249-267, 1998.